

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatórios do auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3
Balancos patrimoniais consolidados	5
Demonstrações de resultados consolidadas	6
Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas	8
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos Acionistas do
Banco Morgan Stanley S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Morgan Stanley S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Morgan Stanley S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Morgan Stanley S.A.

Balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	13	3.355.692	4.406.339	Passivos financeiros	16	16.880.231	11.022.551
Ativos financeiros	14	16.339.729	9.061.054	Ao Valor Justo por meio do Resultado		14.360.653	7.032.251
Ao Valor Justo por meio do Resultado		14.190.314	7.801.378	Operações compromissadas		3.600.555	2.908.618
Operações compromissadas		4.865.624	3.196.246	Credores por empréstimos de ações		2.782.012	983.343
Títulos e Valores Mobiliários		4.254.513	2.855.481	Instrumentos financeiros derivativos		4.564.807	1.449.332
Instrumentos financeiros derivativos		4.269.172	1.732.566	Certificado de Operações Estruturadas		3.413.279	1.690.958
Empréstimos		182.118	-	Ao Custo Amortizado		2.519.578	3.990.300
Outros ativos financeiros		618.887	17.085	Depósitos de clientes		1.474.484	1.825.423
Ao Custo Amortizado		2.149.415	1.259.676	Obrigações por empréstimos e repasses		1.045.094	2.123.910
Negociação e Intermediação de Valores		2.123.594	1.259.344	Outros Passivos financeiros		-	40.967
Recebíveis de clientes		25.821	332	Passivos por impostos correntes	18b	64.500	9.651
Outros ativos	19	77.740	77.840	Passivos por impostos diferidos	18b	67.554	20.228
Ativos imobilizados	21	6.984	7.223	Outros passivos	20	561.940	547.947
				Patrimônio líquido	22		
				Capital	22a	1.195.515	1.089.357
				Reserva de Lucros		992.613	863.504
				Resultado abrangente		17.792	(782)
				Total do patrimônio líquido		2.205.920	1.952.079
Total do ativo		19.780.145	13.552.456	Total do passivo e patrimônio líquido		19.780.145	13.552.456

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações de resultados consolidadas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2018	2017
Ganho/(perda) líquido de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	8	860.525	998.345
Receitas de serviços e comissões		189.861	116.451
Despesas de serviços e comissões		(2.167)	(2.647)
Resultado líquido de serviços e comissões	7	187.694	113.804
Outras Receitas Operacionais		10.389	9.555
Receitas de juros		161.381	19.515
Despesas de juros		(140.922)	(207.091)
Resultado líquido de juros	6	20.459	(187.576)
Ganho/(perda) líquido de variação cambial	9	(44.986)	(79.116)
Despesas administrativas	10	(524.408)	(403.731)
Depreciações e amortizações		(2.037)	(2.472)
Despesas de Provisões Operacionais		(31.600)	-
Outras despesas operacionais	11	(88.065)	(41.793)
Outras despesas		(691.096)	(527.112)
Resultado antes dos impostos		387.971	407.016
Impostos correntes		(93.203)	(73.607)
Impostos diferidos	18	(34.962)	(47.869)
Resultado líquido do exercício		259.806	285.540

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2018	2017
Resultado líquido do exercício		<u>259.806</u>	<u>285.540</u>
Outro resultado abrangente, líquido de impostos		-	-
<i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>		18.574	(782)
Ajuste no valor justo atribuído ao risco próprio de passivos financeiros		30.958	(1.421)
Efeito tributário		(12.384)	639
Resultado abrangente total no exercício		<u>278.380</u>	<u>284.758</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>Reserva de Lucros</u>					Total
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>988.431</u>	<u>84.133</u>	<u>620.202</u>	<u>42.316</u>	<u>-</u>	<u>1.735.082</u>
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 28/04/2017	100.926	-	-	-	-	100.926
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	(42.243)	-	(42.243)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	284.758	284.758
Destinação dos lucros:						
Reserva legal	-	10.480	-	-	(10.480)	-
Reserva estatutária	-	-	149.387	-	(149.387)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(124.891)	(124.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.089.357</u>	<u>94.613</u>	<u>769.589</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>1.953.632</u>
Ajustes de transição IFRS 9			(698)	(855)		(1.553)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	<u>1.089.357</u>	<u>94.613</u>	<u>768.891</u>	<u>(782)</u>	<u>-</u>	<u>1.952.079</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.089.357	94.613	768.891	(782)	-	1.952.079
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 25/04/2018	106.158	-	-	-	-	106.158
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	259.806	259.806
Destinação dos lucros:						
Reserva legal	-	11.033	-	-	(11.033)	-
Reserva estatutária	-	-	118.076	-	(118.076)	-
Ajuste no valor justo atribuído ao risco próprio de passivos financeiros	-	-	-	18.574	-	18.574
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(130.697)	(130.697)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.195.515</u>	<u>105.646</u>	<u>886.967</u>	<u>17.792</u>	<u>-</u>	<u>2.205.920</u>

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2018	2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	259.806	285.540
Ajustes ao lucro líquido	188.907	111.441
Depreciação e amortização	2.037	2.472
Constituição de provisão	74.378	92.180
Juros diferidos	10.317	16.074
Imposto de renda e contribuição social	102.175	715
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais	(7.313.574)	(2.751.781)
(Aumento) de Títulos e Valores Mobiliários	(1.399.032)	(1.033.643)
(Aumento) de Instrumentos financeiros derivativos	(2.536.606)	(160.144)
(Aumento) de Empréstimos	(182.118)	-
(Aumento) de Outros ativos financeiros	(601.802)	-
(Aumento) de Operações compromissadas	(1.669.378)	(855.137)
(Aumento) de Negociação e Intermediação de Valores	(864.250)	(886.456)
(Aumento) de Recebíveis de clientes	(25.489)	5.733
Diminuição Outros ativos	100	277.352
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no período	(34.999)	(99.486)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais	6.894.684	3.156.056
Aumento / (Diminuição) de Credores por empréstimos de ações	1.817.243	(413.445)
Aumento de Instrumentos financeiros derivativos	3.115.475	420.482
Aumento de Certificado de Operações Estruturadas	1.722.321	1.562.650
(Diminuição) de Outros passivos	(60.386)	(15.636)
(Diminuição) / Aumento de Depósitos de clientes	(350.939)	120.452
Aumento de Operações compromissadas	691.937	1.804.636
(Diminuição) de Outros Passivos financeiros	(40.967)	(323.083)
Fluxos de caixa utilizados / gerados em atividades operacionais	(418.890)	404.275
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(1.793)	(3.835)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento	(1.793)	(3.835)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
(Diminuição) de Obrigações por empréstimos e repasses	(1.078.816)	1.352.330
Fluxos de caixa utilizados gerados pelas atividades de financiamento	(1.078.816)	1.352.330
Varição total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(1.050.786)	2.149.751
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.406.339	2.255.560
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa	139	968
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.355.692	4.406.279
Varição total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(1.050.786)	2.149.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

1 Contexto operacional

O Banco Morgan Stanley S.A. (Banco) é um banco múltiplo nos termos da Assembléia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2001 e tem como seu controlador direto a empresa Morgan Stanley Latin America Incorporated e como investidora a empresa MSL Incorporated. Iniciou suas atividades em outubro de 2001, sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos com as carteiras comercial e de investimentos e autorização para operar em câmbio. Está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, na cidade de São Paulo, Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas em atendimento à Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standard Board (IASB) e traduzidos para a língua portuguesa pelo IBRACON, entidade credenciada pelo International Accounting Standards Committee Foundation (IASC).

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas para divulgação pela administração em 25 de março de 2019.

b. Novas normas e interpretações aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Os seguintes pronunciamentos contábeis relevantes para as operações do Consolidado foram adotados durante o exercício. Exceto quando indicação contrária, estes pronunciamentos não tiveram um impacto material nas demonstrações financeiras.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:

A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018, os saldo de 31 de dezembro de 2017 foram rerepresentados para fins comparativos.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (impairment) e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting).

Os principais aspectos do IFRS 9 os quais impactaram o Consolidado são os requerimentos relativos a:

- **Classificação e mensuração dos ativos financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos financeiros é determinada baseada em como a esses ativos são gerenciados e a característica do seu fluxo de caixa. A IFRS 9 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor

justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• **Redução do valor recuperável (*Impairment*) dos ativos financeiros**

O requerimento de impairment é baseado na expectativa de perda e aplicável aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), recebíveis de leasing e para alguns compromissos de empréstimos e garantias financeiras.

O Consolidado completou o projeto de implementação da IFRS 9. Como parte desse projeto, o consolidado efetuou a análise do seu modelo de negócio e também efetuou a revisão dos termos contratuais de seus ativos financeiros.

Como resultado desta análise, alguns ativos financeiros foram reclassificados de custo amortizado sob o ponto de vista do IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, para obrigatoriamente VJR – valor justo no resultado.

O impacto dessas mudanças em resultados acumulados do Consolidado em 31 de dezembro de 2017 foi negativo de R\$ 1.548.

Os títulos disponíveis para venda foram reclassificados para valor justo no resultado, com a consequente transferência do ajuste ao valor de mercado para lucros acumulados.

O impacto dessa reclassificação em resultados acumulados do Consolidado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 73.

Para os ativos classificados ao custo amortizado, como permitido pela IFRS 9, foi adotada uma abordagem simplificada, o qual a expectativa de perda é reconhecida pela vida toda do ativo. A expectativa de perda dos ativos são imateriais para as demonstrações financeiras do Consolidado, refletindo a natureza de curto prazo da carteira.

O impacto em lucros acumulados em 31 de dezembro de 2017 foi negativo em R\$ 5.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes:

O pronunciamento substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11– Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18).

Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não há impactos relevantes para o Consolidado.

c. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo no resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco e das entidades consolidadas. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

e. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais estimativas e julgamentos se referem a:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros - nota 17
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos - nota 3(l)
- Pagamento baseado em ações - nota 3(n)
- Contingências - nota 3(m)

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Consolidado.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco, de sua agência em Grand Cayman e de seus fundos exclusivos Caieiras Fundo de Investimento Multimercado “(Brasil)” e Morgan Stanley Derivatives Products Fund “(Cayman)” dos quais o Banco detém 100% de participação, e sobre os quais o Banco exerce controle, que é baseado na avaliação de um investidor possuir poder sobre a investida; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e das empresas controladas pelo Banco.

Saldos e transações entre empresas do Consolidado, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Políticas contábeis consistentes são aplicadas em todo o Consolidado para fins de consolidação.

b. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos financeiros de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstração de resultados.

d. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos contabilizados por seus valores justos no resultado e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizados ou a realizar.

f. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento. Normalmente esta é a data-limite para pagamento de dividendos para títulos de capital. Os dividendos são refletidos como um componente de resultado de ativos e passivos para negociação, resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo, ou outras receitas operacionais com base na classificação do instrumento de capital.

g. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no outro resultado abrangente; nesse caso, é reconhecida no outro resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade tributária

h. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (nota 13)

i. Instrumentos financeiros

Práticas contábeis adotadas a partir de 01 de janeiro de 2018

No ano de 2018 o Consolidado passou a aplicar a IFRS 9 que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se, tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no IAS 39: (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

A IFRS 9 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a entidade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês Solely Payment of Principal and Interest).

- Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

Instrumentos financeiros obrigatoriamente classificados como valor justo por meio do resultado (VJR)

- Instrumentos financeiros para negociação
Os instrumentos financeiros incluem ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de venda ou recompra num curto prazo de tempo ou é parte de uma carteira a qual existe evidência de lucro no curto prazo e também todos os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros para negociação, incluindo os derivativos são inicialmente registrados a valor justo. Mudanças subsequentes no valor justo, variação cambial, juros e dividendos são refletidas no resultado do Consolidado em “Ganho (perda) líquido de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado”.

Ativos financeiros

(i) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

(ii) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

O consolidado não possuía ativos classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(iii) Mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizados quando o objetivo do modelo de negócio do consolidado é coletar os fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério do teste SPPI do valor do ativo até a data de seu vencimento. Esses ativos são reconhecidos, quando o Consolidado se torna parte das disposições contratuais. Os instrumentos são, inicialmente, mensurados ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido do montante referente a expectativa de perda do instrumento.

Custos de transação são os custos incrementais que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou eliminação de um instrumento financeiro. Custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro são adicionados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos financeiros pelo custo amortizado incluem valores pendentes de liquidação e recebíveis de clientes.

Passivos financeiros

O Consolidado classifica seus passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto quando mantidos para negociação ou designados ao valor justo pelo resultado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto pelos seguintes instrumentos financeiros.

(i) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser

subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros.

(ii) **Mensurados ao custo amortizado**

São reconhecidos quando o Consolidado se torna parte das disposições contratuais do instrumento e é inicialmente mensurado ao valor justo e foram subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Despesa de juros e similares.

Passivos financeiros classificados como custo amortizados são compostos por depósitos bancários e empréstimos e repasses no exterior.

Ativos e passivos financeiros designados a valor justo no resultado

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com a IFRS 9, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros - Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado.

O Consolidado não possui nenhum ativo e passivo designado ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

j. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

O Consolidado mantém instrumentos financeiros derivativos para negociação e para proteger suas exposições aos riscos. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de risco de mercado.
- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Quando o instrumento de hedge vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de hedge accounting, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

k. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

l. Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e também sobre diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Consolidado tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

n. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

O Consolidado participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais prevêem o pagamento pelo Banco ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações aos funcionários do Consolidado. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da concessão (“grant date”), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição (“vesting period”), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

O Consolidado concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

o. Eventos subsequentes

Não houve nenhum evento subsequente que refletisse algum ajuste contábil.

p. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Os novos pronunciamentos, aditivos a pronunciamentos e interpretações abaixo ainda não são efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas:

- ***IFRIC 23 ‘Uncertainty over Income Tax Treatments’ (incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda)***

O IFRIC 23 foi emitido pelo IASB em junho de 2017 para aplicação em períodos anuais, começando em ou após 1 de janeiro de 2019. O consolidado avaliou o impacto da IFRIC 23 em suas demonstrações financeiras e concluiu que não há tratamento tributário incerto quanto a apuração dos impostos e também os valores fiscais registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a declaração de Imposto de Renda (ECF). Portanto, entendemos que não há impactos decorrente desta norma para as empresas do Consolidado.

- ***IFRS 16 ‘Leases’ (Contratos de arrendamento)***

IFRS 16 foi emitido pelo IASB em janeiro de 2016, para aplicação retrospectiva em períodos anuais, começando em ou após 1 de janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida. O Consolidado avaliou e não há impactos materiais decorrente da aplicação desta norma.

4 Transição para IFRS 9

Conforme informado na nota explicativa 2b, o Consolidado adotou a nova regra do IFRS 9 de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1 de Janeiro de 2018. A aplicação da nova regra gerou ajustes de transição nos ativos financeiros, passivos financeiros e lucros acumulados na data de adoção.

As divulgações abaixo apresentam os impactos da adoção do IFRS 9 nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo os efeitos de transição entre o IAS 39 e IFRS 9 no modelo de perdas esperadas.

A tabela a seguir apresenta a classificação original de ativos e passivos financeiros de acordo com a IAS 39 e a nova classificação de acordo com o IFRS 9 a partir de 1 de Janeiro de 2018:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2018

	31/12/2017	Classificação IAS 39	Classificação IFRS 9	Remensuração IFRS 9	Reclassificação IFRS 9	31/12/2017	Impacto em outras reservas e resultados acumulados
Caixa e equivalentes a caixa	4.406.279			60	-	4.406.339	60
Ativos financeiros mantidos para negociação	4.083.528			-	-	4.083.528	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.732.566	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	-	-	1.732.566	-
Outros ativos financeiros mantidos para negociação	2.350.962	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	-	-	2.350.962	-
Ativos financeiros disponível para venda	347.539			-	(330.454)	17.085	-
Ativos financeiros disponível para venda	346.176	Disponível para venda	Valor Justo no Resultado	-	(346.176)	-	-
Outros ativos financeiros	1.362	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	-	15.722	17.085	-
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	158.343	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	-	346.176	504.519	73
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	3.196.246			-	-	3.196.246	-
Operações compromissadas	3.196.246	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo no Resultado	-	-	3.196.246	-
Empréstimos e recebíveis clientes	1.278.038			(2.640)	(15.722)	1.259.676	(2.640)
Recebíveis de clientes	18.694	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	(2.640)	(15.722)	332	(2.640)
Negociação e Intermediação de Valores	1.259.344	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	-	-	1.259.344	-
Ativos imobilizados	7.223			-	-	7.223	-
Ativos por impostos diferidos	-			1.059	(1.059)	-	1.059
Outros ativos	77.848			(8)	-	77.840	(8)
Total do Ativo	13.555.044					13.552.456	

	Classificação IAS 39	Classificação IFRS 9	31/12/2017
Caixa e equivalentes a caixa			4.406.339
Ativos financeiros			9.061.054
Ao Valor Justo por meio do Resultado			7.801.378
Operações compromissadas	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo no Resultado	3.196.246
Titulos e Valores Mobiliários	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	2.855.481
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	1.732.566
Outros ativos financeiros	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	17.085
Ao Custo Amortizado			1.259.676
Negociação e Intermediação de Valores	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	1.259.344
Recebíveis de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	332
Outros ativos			77.840
Ativos imobilizados			7.223
Total do Ativo			13.552.456

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2018

	31/12/2017	Classificação IAS 39	Classificação IFRS 9	Remensuração IFRS 9	Reclassificação IFRS 9	31/12/2017	Impacto em outras reservas e resultados acumulados
Passivos financeiros mantidos para negociação	2.432.675			-	-	2.432.675	-
Credores por empréstimos de ações	983.343	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	-	-	983.343	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.449.332	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	-	-	1.449.332	-
Passivos financeiros ao custo amortizados	6.898.918			-	-	6.898.918	-
Operações compromissadas	2.908.618	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo no Resultado	-	-	2.908.618	-
Depósitos de clientes	1.825.423	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	-	-	1.825.423	-
Obrigações por empréstimos e repasses	2.123.910	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	-	-	2.123.910	-
Outros Passivos financeiros	40.967	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	-	-	40.967	-
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	1.690.958			-	-	1.690.958	-
Certificado de Operações Estruturadas	1.690.958	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	-	-	1.690.958	-
Passivos por impostos correntes	9.651			-	-	9.651	-
Passivos por impostos diferidos	21.263			24	(1.059)	20.228	24
Outros passivos	547.947			-	-	547.947	-
Patrimônio líquido							
Capital	1.089.357			-	-	1.089.357	-
Reserva de capital	-			-	-	-	-
Reserva de valor justo	73				(73)	-	-
Outras reservas e resultados acumulados	864.202			(1.553)	73	862.722	-
Total do patrimônio líquido	1.953.632			-	-	1.952.079	-
Total do passivo e patrimônio líquido	13.555.044					13.552.456	

	Classificação IAS 39	Classificação IFRS 9	31/12/2017
Passivos financeiros			11.022.551
Ao Valor Justo por meio do Resultado			7.032.251
Operações compromissadas	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo no Resultado	2.908.618
Credores por empréstimos de ações	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	983.343
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	1.449.332
Certificado de Operações Estruturadas	Valor Justo no Resultado	Valor Justo no Resultado	1.690.958
Ao Custo Amortizado			3.990.300
Depósitos de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	1.825.423
Obrigações por empréstimos e repasses	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	2.123.910
Outros Passivos financeiros	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	40.967
Passivos por impostos correntes			9.651
Passivos por impostos diferidos			20.228
Outros passivos			547.947
Patrimônio líquido			
Capital			1.089.357
Reserva de Lucros			863.504
Resultado abrangente			(782)
Total do patrimônio líquido			1.952.079
Total do passivo e patrimônio líquido			13.552.456

5 Reconciliação das diferenças entre BRGAAP e IFRS

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Apresentamos abaixo os efeitos entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na posição financeira do Consolidado:

Conciliação do Patrimônio Líquido	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Patrimônio líquido BRGAAP	2.068.501	1.872.687
Ajuste ativos financeiros ao valor justo pelo resultado (a)	975	(2.579)
Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	228.068	135.455
Ajuste de perda de crédito esperada (c)	(11)	(8)
Efeito Fiscal (d)	(91.613)	(53.476)
Patrimônio líquido IFRS	2.205.920	1.952.079

O resultado do IFRS, em 31 de dezembro de 2018 foi impactado no montante de R\$ 39.421 (2017 – R\$ 76.446) líquido de impostos, referente ao ajuste a valor justo dos certificados de operações estruturadas, conforme conciliação do resultado abaixo:

Conciliação do Resultado	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado líquido do exercício - BRGAAP	220.385	209.596
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo pelo resultado (a)	1.299	-
Ajuste de passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	63.872	127.219
Ajuste perda de crédito esperada	(11)	-
Efeito fiscal (c)	(25.739)	(50.773)
Resultado líquido do exercício - IFRS	259.806	286.042

- (a) Dentro do escopo do IFRS 9 certas operações são caracterizadas como instrumentos financeiros, essas operações foram avaliadas e reconhecidas pelo valor justo. Assim, para atendimento ao IFRS, o Consolidado ajustou as operações compromissadas ativas, empréstimos e outros ativos financeiros ao valor justo.
- (b) Dentro do escopo do IFRS 9 certas operações são caracterizadas como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo. Assim, para atendimento ao IFRS, o Consolidado ajustou as operações compromissadas passivas e os certificados de operações estruturadas – COE ao valor justo.
- (c) O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos com base nas alíquotas vigentes de 25% para Imposto de Renda e 15% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que irão se realizar a partir de 01 de janeiro de 2019, para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

6 Resultado líquido de juros

	2018	2017
Receitas de juros		
Caixa e equivalentes de caixa	160.800	19.498
Rendas com operações de crédito	581	17
Total	<u>161.381</u>	<u>19.515</u>
Despesas de juros		
Depósitos de instituições financeiras	-	(289)
Depósitos de clientes	(103.151)	(151.420)
Despesas com obrigações por empréstimos e repasses	(37.771)	(55.382)
Total	<u>(140.922)</u>	<u>(207.091)</u>
Resultado líquido de juros	<u><u>20.459</u></u>	<u><u>(187.576)</u></u>

7 Resultado líquido de serviços e comissões

	2018	2017
Receitas de serviços e comissões		
Assessoria e comissão de colocação de Títulos em Oferta Pública	189.605	116.451
Colocação de títulos em oferta pública	256	-
Total	<u>189.861</u>	<u>116.451</u>
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do sistema financeiro	(2.167)	(2.647)
Total	<u>(2.167)</u>	<u>(2.647)</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u><u>187.694</u></u>	<u><u>113.804</u></u>

8 Resultado de ativos e passivos financeiros

	2018	2017
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo		
(Perdas)/Ganhos - Swap	81.293	(28.590)
Perdas - Futuros	1.156.831	(88.976)
Ganhos/(Perdas) – Termo	65.057	122.970
(Perdas)/Ganhos – Opções	(890.364)	(506.029)
Ganhos/(Perdas) - Commodities	16.948	-
Rendas de Certificado de Crédito Bancário	10.881	-
Rendas de Operações de Câmbio Financeiro	2.903	8.018
Rendas com Operações Compromissadas	150.849	197.691
Rendas com TVM	53.719	1.253.751
Certificado de Operações Estruturadas	208.729	43.692
Outros	3.679	(4.182)
Total	<u><u>860.525</u></u>	<u><u>998.345</u></u>

9 Resultado de variação cambial

O resultado de variação cambial é composto, basicamente, por operações em moeda estrangeira, no valor negativo de R\$ 47.626 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (valor negativo de R\$ 79.116 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017)

10 Despesas Administrativas

	2018	2017
Despesa de Pessoal	(215.082)	(176.847)
Plano de incentivos em Ações	(27.968)	(36.223)
Despesas de prestação de serviços de terceiros	(4.393)	(4.360)
Despesas de prestação de serviços técnicos especializados	(3.981)	(4.029)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(10.501)	(6.378)
Despesas de aluguéis	(2.402)	(2.411)
Despesas de viagens	(6.062)	(4.189)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.296)	(1.666)
Despesa de corretagem	(216.490)	(157.734)
Despesa de taxa de administração de fundo	(3.239)	(1.507)
Outras	(31.994)	(8.387)
Total	<u>(524.408)</u>	<u>(403.731)</u>

11 Outras despesas operacionais

	2018	2017
Despesa de ISS	(9.484)	(5.826)
Contribuição ao COFINS	(34.021)	(24.587)
Contribuição ao PIS	(5.528)	(3.995)
Outras despesas operacionais	(39.032)	(7.386)
Total	<u>(88.065)</u>	<u>(41.794)</u>

12 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos impostos	387.970	387.970	407.016	407.016
Juros sobre o capital próprio	(130.697)	(130.697)	(124.891)	(124.891)
Resultado antes do Imposto e após juros sobre capital	257.273	257.273	282.125	282.125
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	30.362	30.362	56	56
Incentivos	48	48	10	10
Resultados com Investimentos no exterior	12.283	12.283	1.812	1.812
Lucro de subsidiárias no exterior	(12.283)	(12.283)	(1.812)	(1.812)
Adições (exclusões) temporárias				
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	(4.429)	(4.429)	8.102	8.102
Remuneração variável	(9.996)	(9.996)	1.354	1.354
Amortização de despesas	-	-	-	-
Ajuste a mercado operações estruturadas	(63.872)	(63.872)	(127.223)	(127.223)
Outros ajustes ao valor de mercado no resultado	(1.286)	(1.286)	-	-
Base de cálculo	208.100	208.100	164.424	164.424
IR/CS apurado	51.583	41.620	41.082	32.885
Incentivos fiscais de dedução	-	-	(360)	-

Passivo Fiscal diferido (1)	19.883	15.079	29.464	18.405
Total Líquido de IR/CS	<u>71.466</u>	<u>56.699</u>	<u>70.186</u>	<u>51.290</u>

(1) O passivo fiscal diferido refere-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social sobre marcação a mercado de instrumentos financeiros.

Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	2018	2017
Lucro antes da tributação e após juros sobre capital próprio	257.273	282.125
Imposto de renda e contribuição social	<u>128.165</u>	<u>121.476</u>
Alíquota efetiva do imposto de renda	<u>49,82%</u>	<u>43,06%</u>

13 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Valor contábil	Valor contábil
Disponibilidade	72.467	109.142
Aplicação em operações compromissadas	<u>3.283.225</u>	<u>4.297.197</u>
Total	<u>3.355.692</u>	<u>4.406.339</u>

14 Ativos financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2018		2017	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ao valor Justo por meio do Resultado	14.190.314	14.190.314	7.801.378	7.801.378
Operações compromissadas	4.865.624	4.865.624	3.196.246	3.196.246
Títulos e Valores Mobiliários				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.119.363	1.119.363	504.520	504.520
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	104.853	104.853	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	96.813	96.813	-	-
Renda Variável				
Ações de Companhias Abertas	2.927.356	2.927.356	2.350.956	2.350.956
Cotas de Fundo de Investimento	6.128	6.128	5	5
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap	829.027	829.027	461.025	461.025
NDF	470.619	470.619	161.755	161.755

Opções	2.056.288	2.056.288	864.814	864.814
Futuros	-	-	3.260	3.260
Termo	896.290	896.290	241.712	241.712
Commodities	16.948	16.948	-	-
Empréstimos	182.118	182.118	-	-
Outros ativos financeiros	618.887	618.887	17.085	17.085
Ao custo amortizado	2.149.415	2.149.415	1.259.676	1.259.676
Negociação e Intermediação de Valores	2.123.594	2.123.594	1.259.344	1.259.344
Recebíveis clientes	25.821	25.821	332	332

15 Transferência de ativos financeiros

No ano de 2018 em seu curso dos negócios, o Consolidado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública.

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Consolidado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Consolidado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de seu valor e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Consolidado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 não havia saldo de títulos vinculados a operações compromissadas.

Ações dadas como empréstimo

O aluguel de ações é uma operação em que o doador (dono das ações a serem alugadas) empresta suas ações a outro investidor (tomador), cobrando uma taxa por isso, por prazos variados. O tomador passa, assim, a poder negociar as ações. Até o fim do período de aluguel, o tomador deve devolvê-las ao doador.

O risco da operação reside na ponta tomadora, por uma eventual inadimplência financeira (remuneração ao doador dos ativos e taxa de liquidação) ou pela não devolução dos ativos.

Contudo, existem normas e controles que permitem uma administração segura do negócio, a começar pelas garantias que são exigidas pela B3 S.A.. A partir da liquidação do empréstimo, as garantias depositadas são liberadas e ficam novamente à disposição do tomador.

Da mesma forma, a liquidação das operações de empréstimo representa a devolução, ao doador, dos ativos de mesmo tipo, classe e espécie que foram emprestados.

Da mesma forma, a liquidação das operações de empréstimo representa a devolução, ao doador, dos ativos de mesmo tipo, classe e espécie que foram emprestados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Consolidado possuía direitos por empréstimos de ações, registrada na rubrica de “negociação e intermediação de valores”, conforme abaixo:

	2018	2017
Empréstimo e recebíveis clientes		
Ações dadas por empréstimo	1.548.106	1.001.552

16 Passivos financeiros

Os passivos financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2018		2017	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos financeiros				
ao Valor Justo por meio do Resultado	14.360.653	14.360.653	7.032.251	7.032.251
Operações compromissadas	3.600.555	3.600.555	2.908.618	2.908.618
Credores por empréstimo de ações	2.782.012	2.782.012	983.344	983.344
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap	1.216.896	1.216.896	824.685	824.685
NDF	436.766	436.766	181.246	181.246
Opções	2.014.938	2.014.938	198.738	198.738
Futuros	-	-	3.005	3.005
Termo	896.207	896.207	241.658	241.658
Commodities	-	-	-	-
Certificado de Operações Estruturadas	3.413.279	3.413.279	1.690.958	1.690.958
ao Custo Amortizado	2.519.578	2.519.578	3.990.299	3.990.299
Depósito de Clientes	1.474.484	1.474.484	1.825.423	1.825.423
Obrigações Por Empréstimo e Repasse				
Empréstimo em moeda estrangeira	1.045.094	1.045.094	2.123.910	2.123.910
Outros Passivos	-	-	40.967	40.967

Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se a operações de curto prazo e longo prazo com cláusula de resgate antecipado cujo valor contábil representa substancialmente o valor justo.

17 Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender suas necessidades e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda, de taxas de juros e de ações. Estes riscos são administrados por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes permitem que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros e de câmbio.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se parâmetros internacionais utilizados pela organização em nível mundial. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos tais como “VaR” e simulações de cenários de *stress*.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo atrelados a taxa de mercado pós-fixada “CDI”, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos) - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

A precificação de operações envolvendo ações e contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base em preços divulgados pela B3 S.A..

O Consolidado tem como prática a verificação e acompanhamento desses preços de mercado, diariamente, a fim de assegurar a consistência e acuracidade da precificação de suas operações.

A precificação das operações de swap, termos de moeda e opções é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão fundamentadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado, como BM&FBovespa, Reuters e Bloomberg.

Por meio de modelos matemáticos internos de interpolação, são calculadas as diversas curvas nas datas necessárias para a apuração dos fatores de desconto dos fluxos de caixa.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos de swap, termo de moeda e opções são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos e representam seu valor levando em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores que afetam seu valor justo.

O valor justo dos certificados de operações estruturadas foram apurados da seguinte forma:

O valor justo dos certificados de operações estruturadas é obtido com base nas curvas de juros e preços listados dos ativos objetos. Estes valores são públicos e observáveis no mercado, através da B3 S.A., Reuters e Bloomberg.

Cada certificado de operações estruturadas, utilizando-se desses preços, é trazido a valor presente diariamente até o seu vencimento.

Em alguns casos, dado prazos mais longos, os ativos objetos possuem liquidez reduzida e muitas vezes não observáveis, nesses casos é utilizado o método de extrapolação a partir de dados observáveis e, por conservadorismo, são classificados como nível 3.

A tabela abaixo representa o tipo de ativo objeto e o prazo o qual o método de extrapolação é utilizado:

Ativo objeto	Opção de Ação	Índice	Fundos	ETF	ADR
		Acima		acima	
vencimento	Acima de 3 anos	de 5 anos	acima de 2 anos	de 3 anos	acima de 3 anos

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação continuamente.
- **Nível 2** - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.
- **Nível 3** - são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre Níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Consolidado para apurar seu valor justo:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2018

Ativos Financeiros	2018				2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado								
Operações compromissadas	-	4.865.624	-	4.865.624	-	3.196.246	-	3.196.246
Títulos e Valores Mobiliários								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.119.363	-	-	1.119.363	504.520	-	-	504.520
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	104.853	-	-	104.853	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	96.813	-	-	96.813	-	-	-	-
Renda Variável								
Ações de Companhias Abertas	2.927.354	-	-	2.927.354	2.350.958	-	-	2.350.958
Cotas de Fundo de Investimento	6.128	-	-	6.128	5	-	-	5
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap	-	829.027	-	829.027	-	461.025	-	461.025
NDF	-	446.868	23.751	470.619	-	161.755	-	161.755
Opções	-	2.056.288	-	2.056.288	450.679	399.754	14.381	864.814
Futuros	-	-	-	-	3.260	-	-	3.260
Termo	896.290	-	-	896.290	241.712	-	-	241.712
Commodities	-	16.948	-	16.948	-	-	-	-
Empréstimos	-	182.118	-	182.118	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	618.887	-	-	618.887	-	-	-	-
Ao custo amortizado								
Negociação e Intermediação de Valores	2.123.594	-	-	2.123.594	1.259.344	-	-	1.259.344
Recebíveis clientes	25.821	-	-	25.821	-	18.694	-	18.694
Passivos financeiros								
ao Valor Justo por meio do Resultado								
Operações compromissadas	3.600.555	-	-	3.600.555	2.908.618	-	-	2.908.618
Credores por empréstimo de ações	2.782.012	-	-	2.782.012	983.343	-	-	983.343
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap	-	1.193.567	23.329	1.216.896	-	824.685	-	824.685
NDF	-	436.766	-	436.766	-	181.246	-	181.246
Opções	-	1.787.134	227.804	2.014.938	198.738	-	-	198.738
Futuros	-	-	-	-	3.005	-	-	3.005
Termo	896.207	-	-	896.207	241.658	-	-	241.658
Commodities	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificado de Operações Estruturadas	-	2.545.712	867.567	3.413.279	-	1.054.969	635.989	1.690.958
Ao Custo Amortizado								
Depósito de Clientes	1.474.484	-	-	1.474.484	-	1.825.423	-	1.825.423
Obrigações Por Empréstimo e Repasse								
Empréstimo em moeda estrangeira	1.045.094	-	-	1.045.094	-	2.123.910	-	2.123.910
Outros Passivos	-	-	-	-	-	684.703	-	684.703

Movimentações de valor justo recorrentes de Nível 3

A tabela a seguir inclui a movimentação dos valores dos ativos financeiros classificados como Nível 3 da hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2018:

	Valor Justo em 31/12/2017	Compras	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não realizado)	Liquidações	Transferência	Valor Justo em 31/12/2018
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado						
Instrumentos financeiros derivativos						
Opções	14.380	-	4.042	(8.415)	(10.007)	-
NDF	-	34.278	(10.527)	-	-	23.751
Passivos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado						
Opções	-	(177.67)	(50.13)	-	-	(228)
Swap	-	(34.278.00)	10.949	-	-	(23.329)
Certificado de Operações Estruturadas	(635.989)	(369.714.00)	138.135	-	-	(867.567)

Análise de sensibilidade de operações nível 3

A tabela a seguir, fornece a análise de sensibilidade desses valores justos e a metodologia aplicada na apuração do valor justo do instrumento financeiro classificado como nível 3:

Em milhares de reais

Valor Justo	Técnica de Valorização	Dados não observáveis / Sensibilidade da mudança do valor justo utilizando dados não observáveis significativos (Nível 3)	Faixa	Média
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado				
Instrumentos financeiros derivativos				
NDF	23.751	Estimativa Histórica	Volatilidade da moeda	133% - 211% 181%
			Correlação entre taxa de juros e moeda estrangeiro	(5,4%) 51,7% 25,6%

Passivos Financeiros

ao Valor Justo por meio do Resultado

Opções	227.804	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	6% - 43%	17%
			Volatilidade da curva	(1%) - 0%	0%
			Correlação entre ativos	35% - 80%	56%
			Correlação entre moedas	(95%) - (18%)	(71%)
Swap	23.329	Estimativa Histórica	Volatilidade da moeda	133% - 211%	181%
			Correlação entre taxa de juros e moeda	(5,4%) – 51,7%	25,6%
Certificado de Operações Estruturadas	867.567	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	6% - 44%	18%
			Volatilidade da curva	(1%) - 0%	0%
			Correlação entre ativos	30% - 80%	59%
			Correlação entre taxa de juros e moeda estrangeira	(95%) – (50%)	(76%)

18 Imposto diferido

a. Créditos tributários

Natureza e origem

	2018	2017
Diferenças temporárias	<u>50.641</u>	<u>52.634</u>
Ajuste ao valor de mercado	26.501	14.188
Provisão para bônus e gratificação periódica	21.520	36.139
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.307	2.307
Total de créditos tributários - ativo	<u><u>50.328</u></u>	<u><u>52.634</u></u>

Os créditos tributários do Imposto de Renda e da Contribuição Social foram constituídos sobre as diferenças temporárias originados pelo ajuste do valor de mercado, provisão para bônus e provisão para devedores duvidosos.

- **Critérios de constituição** Os créditos tributários foram constituídos à alíquota de 25% para Imposto de Renda, no montante de R\$ 31.455 (2017 - R\$ 30.738), e 15% para os créditos tributários para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no montante de R\$ 18.873 (2017 - R\$ 21.896).
- **Valores constituídos e baixados no período** - A movimentação dos créditos tributários ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 pode ser demonstrada como segue:

	2018	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2017	52.634	52.634
Constituição no exercício (Realização/reversão)	36.401 (38.707)	36.401 (38.707)
Saldo Final em 31/12/2018	50.328	50.328
	2017	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2016	44.311	44.311
Constituição no exercício (Realização/reversão)	21.849 (13.526)	21.849 (13.526)
Saldo Final em 31/12/2017	52.634	52.634

b. Passivos por impostos correntes e diferidos

	2018	2017
Passivos por impostos correntes:		
Imposto de renda a pagar	28.378	-
Contribuição social a pagar	27.509	1.291
Outros impostos e contribuições a recolher	8.611	8.360
	<u>64.500</u>	<u>9.651</u>
Passivos por impostos diferidos:		
Imposto de renda diferido	42.221	14.612
Contribuição social diferida	25.333	5.616
	<u>67.554</u>	<u>20.228</u>
Total	<u>132.054</u>	<u>29.879</u>

c. Expectativa de realização dos impostos diferidos:

	CRÉDITO	VALOR
EXERCÍCIO	TRIBUTÁRIO	PRESENTE
2019	18.840	17.708
2021	9.950	8.811
2023	21.538	18.893
	<u>50.328</u>	<u>45.412</u>

(*) O valor presente foi calculado com base nas curvas de juros pré- fixados em reais, considerando as realizações no decorrer de cada exercício.

O Consolidado não possui créditos tributários não ativados de qualquer natureza.

19 Outros ativos

	2018	2017
Valores a receber de ligadas	10.482	10.212
Adiantamentos e antecipações salariais	1.586	1.712
Adiantamentos a fornecedores	715	227
Valores a receber de clientes	5.192	5.906
Devedores diversos no país	59.223	27.984
Imposto a compensar	-	3.290
Dividendos a receber	351	28.381
Outros	191	136
Total	<u>77.740</u>	<u>77.847</u>

20 Outros passivos

	2018	2017
Pessoal	145.344	108.472
Plano de incentivos em Ações (1)	42.938	56.474
Juros sobre capital próprio a pagar	130.697	124.891
Valores a pagar a sociedades ligadas	642	590
Credores por liquidação pendente	216.004	193.366
Comissões a pagar sobre operações estruturadas	19.313	27.645
Outros	7.002	36.509
Total	<u>561.940</u>	<u>547.947</u>

(1) Não existem valores disponíveis (“vested”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

21 Ativo imobilizado

Custo de aquisição	Benfeitorias	Móveis, instalações e equipamentos	Sistemas de comunicação	Processamento de dados	Outras imobilizações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	11.653	7.746	7.731	8.458	37	35.625
Aquisições	622	2.488	547	178	-	3.835
Transferências	(316)	316	-	-	-	-
Baixas	-	(447)	-	(533)	-	(980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.959	10.103	8.278	8.103	37	38.480
Saldo em 1º de janeiro de 2017	11.959	7.746	7.731	8.458	37	35.625
Aquisições	-	354	-	1.439	-	1.793
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(228)	-	-	-	(228)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.959	10.228	8.278	9.543	37	40.045
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(10.686)	(5.840)	(6.423)	(6.816)	-	(29.765)
Depreciação do exercício	(936)	(446)	(355)	(735)	-	(2.472)
Baixas	-	447	-	533	-	980
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.622)	(5.839)	(6.778)	(7.018)	-	(31.257)
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(11.622)	(5.839)	(6.778)	(7.018)	-	(31.257)
Depreciação do exercício	(123)	(882)	(390)	(643)	-	(2.037)
Baixas	-	233	-	-	-	233
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.745)	(6.488)	(7.168)	(7.661)	-	(33.061)
Valor contábil						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	337	4.264	1.500	1.085	37	7.223
Saldo em 31 de dezembro de 2018	214	3.740	1.110	1.882	37	6.984

22 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 745.029.165 (2017 - 638.871.423) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2018, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 106.158 (cento e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil reais), mediante a emissão de 106.157.742 (cento e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e duas) novas ações, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 08 de junho de 2018.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou creditados pelo Banco Morgan Stanley, a título de remuneração do capital próprio.

Durante o exercício, o Banco efetuou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre as contas do patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo

(TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 130.697 (2017 - R\$ 124.891) e constam como destinação do resultado, diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido, na forma da Circular nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil e reduziram a despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício aproximadamente em R\$ 58.814 (2017 – R\$ 56.201).

c. Reserva de capital

Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d. Reserva legal

O Banco constituiu a título de Reserva Legal, com base no lucro líquido do exercício o montante de R\$ 11.033 (2017 - R\$ 10.480).

e. Reserva estatutária

Conforme previsto no Estatuto Social, por proposta da Administração, foi constituída Reserva Estatutária, com base no lucro líquido do exercício, não distribuído após todas as destinações.

O Banco deliberará a respeito da destinação das Reservas Estatutárias em Assembléia Geral Ordinária que se realizará até 30 de abril de 2018.

f. Composição do Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era a seguinte:

	2018	2017
Capital	1.195.515	1.089.357
Reservas de Lucros	1.011.736	864.306
Total do patrimônio líquido	2.207.251	1.953.663

23 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem exclusivamente a outras partes relacionadas.

	2018	2017
Ativo		
Aplicação em depósitos interfinanceiros		
Morgan Stanley International Finance	70.697	58.778
Valores a receber de instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	914.304	420.207
Valores a receber prestação de serviços		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	7.013	6.788
Morgan Stanley Participações Ltda.	3.130	3.121
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	338	303
Passivo		
Depósitos a prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(831.842)	(1.227.068)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	-	-
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(53.546)	(30.823)
Morgan Stanley Participações Ltda.	(42.288)	(42.926)

	2018	2017
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira		
Morgan Stanley Co.	(1.030.023)	(2.123.910)
Obrigações por operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(754.783)	(896.863)
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(2.845.700)	(2.010.652)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(10)	(1.089)
Valores a pagar de instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(736.317)	(165.636)
Resultado		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(380.488)	359.003
Despesas de depósitos a prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(143.113)	(111.066)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	-	-
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(2.523)	(18.914)
Morgan Stanley Participações Ltda.	(3.839)	(4.116)
Despesas de operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(49.922)	(75.449)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(9)	(116)
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(97.379)	(176.650)
Kalaoa Fundo de Investimento Financeiro	-	(66.004)
Outras receitas operacionais		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	16.300	7.390
Morgan Stanley Participações Ltda.	2.312	2.210
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	1.771	1.506

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos membros do Comitê Executivo do Consolidado Morgan Stanley e/ou os diretores estatutários, conforme descrito abaixo:

	2018	2017
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	29.888	28.178
Encargos sociais	10.114	9.514
Benefício de longo prazo a administradores		
Plano de remuneração com base em ações (1)	17.892	23.457
Plano de compensação diferida	4.301	3.450
Encargos sociais sobre benefícios longo prazo	7.701	9.337

(1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Morgan Stanley, sediada no exterior.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. Durante o exercício foram pagos R\$ 2.913 (2017 – R\$ 2.951) a título de previdência suplementar.

Planos de incentivo em ações

O Banco participa de planos globais de incentivos com base em ações do Morgan Stanley, os quais atribuem promessas de pagamentos futuros baseados em ações aos seus funcionários e administradores, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas, geralmente dois a três anos a partir da data da concessão. Parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição e sua totalidade pode ser cancelada em algumas situações limitadas, incluindo a rescisão por justa causa durante o período de amadurecimento (“*vesting period*”).

No decorrer do ano de 2018, Morgan Stanley outorgou 184.608 unidades de ações (2017 – 212.852 unidades) para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a um valor médio de US\$ 56.84 (2017 – US\$ 42.64), considerando o valor de mercado das ações do Morgan Stanley nas respectivas datas de outorga.

Outros planos de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêm o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. A aquisição destas recompensas está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, tais como a permanência na empresa por período que pode variar de 6 meses a 3 anos da data da concessão. A totalidade ou uma parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de amadurecimento (“*vesting period*”). Os planos são liquidados em dinheiro no final do período de amadurecimento.

24 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018, o Consolidado possuía passivos contingentes de natureza trabalhista no montante de R\$ 1.955 (2017 – R\$740). A possibilidade de perda é considerada provável, com base na análise de assessor jurídico externo.

E também possuía passivos contingentes de natureza trabalhista no montante de R\$ 7.055, com possibilidade de perda considerada possível, com base na análise de assessor jurídico externo.

O Banco Morgan Stanley é réu em disputa judicial acerca do valor de vencimento antecipado de contratos de derivativos envolvendo o valor total de R\$ 93.166 (2017 – R\$ 90.831). A possibilidade de perda é considerada possível, com base na análise de assessor jurídico externo.

25 Gerenciamento de riscos

a. Introdução e visão geral

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso do Banco e conseqüentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as

diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes do Consolidado

O Morgan Stanley possui políticas globais da controladora e políticas locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação freqüente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Gerenciamento de risco

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua.

Os Departamentos de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e a Diretoria de Risco no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é responsabilidade da Tesouraria Corporativa que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria Financeira Local. A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita Mercado, Crédito, Operacional e Liquidez são destacados a seguir:

b. Risco de crédito

O Banco entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito do Banco através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento a cerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito consistem de avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Banco, e, se houverem, monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estejam relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando uma contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para instituições e investidores sofisticados. No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; e depositando margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Morgan Stanley visa refletir o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley estabelece limites de crédito como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. O quadro de limites de crédito é calibrado considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito é responsável por garantir a transparência dos riscos de crédito relevante, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito estão divulgados na nota explicativa 13.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para trading e hedging, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas. Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos líquidos de posições de caixa recebidas em garantia. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode ser realizado em uma transação entre os participantes no mercado.

Além do controle e do gerenciamento de riscos de crédito referenciados ao valor justo atual do instrumento de derivativos, o Morgan Stanley controla e gerencia exposições de crédito relacionadas à exposição potencial. Exposição potencial é uma estimativa da exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode se tornar exposição real ao longo do tempo com base em movimentos de mercado.

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das operações de derivativos, reavalia a solidez das contrapartes regularmente de acordo com a política estabelecida e monitora ativamente a exposição de crédito da contraparte. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito atribui ratings de crédito para contrapartes, que refletem

uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas operações de derivativos.

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

Abaixo apresentamos a segregação dos ativos financeiros, por rating de crédito, considerando o valor contábil da exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

31 de dezembro de 2018	Classificação interna					Total
	A	BBB	BB	B	CCC	
Ativos financeiros						
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Operações compromissadas	-	-	4.865.624	-	-	4.865.624
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	4.254.513	-	-	4.254.513
Instrumentos financeiros derivativos	39.750	239.327	2.862.342	1.123.907	3.847	4.269.172
Empréstimos	182.118	-	-	-	-	182.118
Outros ativos financeiros	-	-	618.351	536	-	618.887
Ao Custo Amortizado						
Negociação e Intermediação de						
Valores	-	-	2.123.594	-	-	2.123.594
Recebíveis de clientes	-	-	25.821	-	-	25.821

31 de dezembro de 2017	Classificação interna					Total
	A	BBB	BB	B	CCC	
Ativos financeiros						
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Operações compromissadas	-	-	3.196.246	-	-	3.196.246
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	2.855.481	-	-	2.855.481
Instrumentos financeiros derivativos	26.663	55.118	1.551.873	94.111	4.801	1.732.566
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	618.351	536	-	618.887
Ao Custo Amortizado						
Negociação e Intermediação de						
Valores	-	-	1.259.344	-	-	1.259.344
Recebíveis de clientes	-	-	332	-	-	332

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AAA	Risco Baixo	Operações com clientes considerados com boa qualidade de crédito, bons fatores qualitativos e quantitativos
AA		
A		
BBB		
BB	Risco Médio	Operações com clientes considerados com média qualidade de crédito, incluindo certos fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis
B		
CCC	Risco alto	Operações com clientes considerados com baixa qualidade de crédito, com vários fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis
D		

	2018				
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Ativos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	12.746.273	455.754	144.195	844.092	14.190.314
Operações Compromissadas	4.865.624	-	-	-	4.865.624
Títulos e Valores Mobiliários	4.254.513	-	-	-	4.254.513
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.018.002	268.090	139.347	843.734	4.269.172
Empréstimos	-	182.118	-	-	182.118
Outros ativos financeiros	608.134	5.546	4.848	358	618.886
Ao Custo Amortizado	2.149.415	-	-	-	2.149.415
Negociação e Intermediação de Valores	865.624	-	-	-	2.123.594
Recebíveis de clientes	25.821	-	-	-	25.821
2017					
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Ativos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	12.746.273	455.754	144.195	844.092	14.190.314
Operações Compromissadas	3.196.246	-	-	-	3.196.246
Títulos e Valores Mobiliários	2.855.481	-	-	-	2.855.481
Instrumentos Financeiros Derivativos	940.557	194.489	306.758	290.762	1.732.962
Ao Custo Amortizado	1.264.212	5.972	5.483	2.416	1.278.038
Negociação e Intermediação de Valores	1.259.344	-	-	-	1.259.344
Recebíveis de clientes	4.868	5.972	5.483	2.416	18.694

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (covenants), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Eventualmente, o Banco Morgan Stanley pode atuar em atividades que resultem em transações com características de operações de crédito. Neste caso, similarmente às operações de derivativos, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das transações, reavaliando a solidez das contrapartes. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também atribui ratings de crédito, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas transações.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda com relação à redução no valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira devido a alterações no nível de preço de variáveis de mercado como taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e *commodities*.

Gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é parte integral da cultura do Conglomerado Morgan Stanley, que é responsável por garantir que suas exposições a fatores de risco de mercado são gerenciadas efetivamente, assegurar a aderência a limites, e manter a Diretoria a par dos riscos materiais e maiores concentrações.

O Comitê de Riscos do Conglomerado Morgan Stanley delegou ao Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD”) a responsabilidade de administrar de forma independente os níveis de risco de mercado com relação ao apetite ao risco estabelecido. O comitê também atribuiu responsabilidade ao MRD/LRD por: identificar, medir, monitorar e reportar, diariamente, a exposição agregada a fatores de risco de mercado do Conglomerado Morgan Stanley, assegurar a aderência a limites de risco pré-estabelecidos e garantir a incorporação de todos os riscos materiais nos relatórios de risco.

O risco de mercado é monitorado através de mais de uma forma: cálculo de sensibilidades a fatores de risco, testes de estresse e estatisticamente, usando medidas como VaR (“Value at Risk”).

Principais riscos

Como resultado de suas atividades de formação de mercado e negociação, o Conglomerado Morgan Stanley está exposto, principalmente, a riscos de perdas decorrentes da variação das taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e *commodities*. O Conglomerado Morgan Stanley está exposto também à volatilidade desses fatores de risco.

As atividades das quais essas exposições emergem e os mercados nos quais o Conglomerado Morgan Stanley é participante ativo incluem: títulos públicos, ações, derivativos de juros, derivativos de câmbio e derivativos de ações.

Tais riscos são gerenciados com as ferramentas previamente mencionadas, incluindo cálculo de sensibilidade a fatores de risco, VaR e estabelecimento de limites. A tabela abaixo mostra a sensibilidade à variação de 1 ponto base (*1 basis point*) na estrutura a termo de taxa de juros em Reais:

Data	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Dezembro 2018	(73.936)	(16.425)	(12.443)	(34.544)	64.186	(73.163)
Dezembro 2017	382.485	10.261	(7.829)	(309.935)	(189.206)	(114.224)

Value at Risk (VaR)

O VaR é um método estatístico padrão do setor para cálculo da perda máxima de uma carteira que é possível estimar no decorrer de determinado intervalo de tempo e com um nível específico de confiança. O VaR agrega os riscos associados as carteiras com vários ativos em um único valor.

O cálculo do VaR é baseado em um modelo de simulação histórica dos principais fatores de risco de mercado. Simulação histórica envolve a construção de uma distribuição de mudanças hipotéticas diárias no valor das carteiras, baseada em duas variáveis: observação histórica de variações diárias nos principais fatores de risco e informação sobre a sensibilidade e a exposição da carteira à mudanças nesses fatores.

O modelo de VaR do Conglomerado Morgan Stanley evolue em resposta a mudanças na composição das carteiras e em resposta a melhorias nas técnicas de modelagem e na capacidade de processamento. O Conglomerado Morgan Stanley continuamente revisa a metodologia do cálculo do VaR, assim como as premissas nas quais os modelos são baseados, no sentido de capturar a natureza dinâmica do mercado.

Dentre outros benefícios, VaR nos permite agregar o risco de mercado de uma carteira para uma grande variedade de fatores de risco de mercado, levando em consideração a redução de risco obtida através da diversificação ou *hedging* da carteira.

As limitações dos modelos de cálculo do VaR também devem ser entendidas. As principais limitações são:

1. Futuras mudanças nos principais fatores de risco não serão necessariamente compatíveis com os 4 anos de observações históricas utilizadas no cálculo do VaR.
2. Mudanças reais no valor da carteira podem ser diferentes daquelas calculadas nos modelos de VaR, principalmente quando da existência de carteiras com derivativos complexos.
3. Os períodos de 01 ou 10 dias tipicamente utilizados no cálculo do VaR não capturam, necessariamente, o risco de posições que não podem ser liquidadas ou *hedgeadas* em tão curto espaço de tempo.
4. VaR parte do princípio que a carteira manter-se-á constante, deixando de capturar mudanças no perfil de risco que possam vir a ocorrer no futuro.
5. VaR não diz nada a respeito das perdas com probabilidade menor do que o grau de confiança utilizado no cálculo.

O Conglomerado Morgan Stanley está ciente dessas e outras limitações e, dessa forma, utiliza o VaR apenas como um dos componentes do processo de gerenciamento de risco. Conforme previamente mencionado, este processo também incorpora testes de estresse baseado em análise de sensibilidades, além do monitoramento e controle dos riscos em vários níveis: mesas de negociação, divisões, entidades legais e consolidado.

A tabela abaixo mostra o VaR (95%, 1 dia) das principais exposições do Grupo em dezembro de 2018 e dezembro de 2017.

Categoria	2018		2017	
	Exposição	VaR	Exposição	VaR
Taxa de Juros	4.941.111	1.224	7.393.018	1.180
Ações	(23.609)	5.955	(180.268)	4.565
Taxa de Câmbio	(219.864)	1.340	169.250	1.700
Outros	731	3	580	5
Subtotal	4.698.370	8.522	7.382.581	7.449
(-) Benefício de Diversificação (a)		2.642		2.084
Total VaR Negociado		5.880		5.365
VaR Total		5.880		5.365

(a) Eliminação do efeito de riscos semelhantes.

95% VaR	95%/ VaR diário 2018				95%/ VaR diário 2017			
	Final do período	Média	Máxima	Mínima	Final do período	Média	Máxima	Mínima
<i>Categoria de risco de mercado:</i>								
Taxa de Juros	1.224	1.632	6.445	556	1.180	2.101	5.817	471
Ações	5.955	6.863	20.736	3.581	4.565	6.186	38.150	3.904
Taxa de Câmbio	1.340	1.923	8.855	156	1.700	1.708	10.832	87
Outros	3	5	8	2	5	1	6	-
Categorias primárias de Risco (VaR)	8.522	10.423	36.044	4.295	7.449	9.996	54.805	4.462
Benefício de diversificação (1)(2)	2.642	(2.806)	-	-	(2.084)	(2.980)	-	-
VaR Total Administrado	5.880	7.617	21.115	3.923	5.365	7.017	37.558	4.971

- (1) O benefício de diversificação equivale a diferença entre o total do VaR administrado e a soma do VaR de cada uma das categorias de risco. Esse benefício surge por conta das perdas diárias simuladas para cada um dos quatro riscos de mercado principais ocorrerem em dias diferentes; benefícios de diversificação similares também são considerados dentro de cada categoria.
- (2) N/A - Não Aplicável. Os valores mínimos e máximos de VaR para o total de VaR de cada componente pode ter ocorrido em diferentes dias ao longo do ano, portanto o benefício de diversificação não é uma medida aplicável.

A seguir demonstramos valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos, das operações de derivativos e não derivativos do Consolidado Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities):

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-18		31-dez-17	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
	Bolsa	(4.504.588)	7.081.720	4.870.612	2.433.034
	Balcão	(54.602.282)	54.986.138	27.646.043	27.471.451
Taxa de juros	Total	(59.106.870)	62.067.858	32.516.655	29.904.485
	Bolsa	(5.827.078)	5.807.732	14.949	30.132
	Balcão	(35.792.489)	35.966.201	15.240.633	13.612.006
Taxa de Câmbio	Total	(41.619.567)	41.773.933	15.255.582	13.642.138

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-18		31-dez-17	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Preço de Ações	Bolsa	(15.464.969)	13.872.872	5.389.612	7.845.747
	Balcão	(2.207.967)	2.130.396	1.765.368	1.857.513
	Total	(17.672.936)	16.003.268	7.154.980	9.703.260
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	(123.292)	124.024	45.417	44.837
	Total	(123.292)	124.024	45.417	44.837

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos não derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-18		31-dez-17	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxa de juros	Bolsa	-	32.278	-	-
	Balcão	(8.088.828)	10.036.672	8.324.498	3.543.650
	Total	(8.088.828)	10.068.950	8.324.498	3.543.650
Taxa de Câmbio	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	(1.222.521)	848.292	859.387	2.303.581
	Total	(1.222.521)	848.292	859.387	2.303.581
Preço de Ações	Bolsa	(7.041.411)	8.687.470	5.676.246	3.308.235
	Balcão	-	-	-	-
	Total	(7.041.411)	8.687.470	5.676.246	3.308.235

d. Risco de liquidez

Definição de risco de liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos.

O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações que possam potencialmente causar problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade do Banco.

Estrutura de governança

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova as Políticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco de Liquidez e conta com o auxílio do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação do gerenciamento do risco de liquidez considerando a estrutura de gerenciamento de riscos disposta na resolução 4557 do Conselho Monetário Nacional de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez é composta pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), Comitê de Riscos Brasil, Diretor Financeiro, Tesouraria Corporativa, Diretoria de Operações e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD Brazil”), cada um com atribuições específicas para assegurar que o perfil de risco do Conglomerado Morgan Stanley esteja compreendido dentro da estrutura de limites estabelecida e aprovada.

O Conglomerado Morgan Stanley monitora de maneira prospectiva o risco de liquidez através de relatórios diários de fluxo de caixa que poderá demonstrar potenciais descasamentos de ativos e passivos, teste de estresse de liquidez, avaliação do risco intradia, controle de concentração de captação, monitoramento de limites e plano de contingência. Os indicadores e análises relativos ao Risco de Liquidez são apresentados para a administração da instituição no Comitê de Riscos Brasil e no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os passivos financeiros apresentavam os seguintes prazos de vencimento:

	2018				
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Passivos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	9.666.735	2.011.788	1.392.697	1.289.433	14.360.653
Operações Compromissadas	3.600.555	-	-	-	3.600.555
Credores por empréstimos de ações	2.782.012	-	-	-	2.782.012
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.084.668	146.737	48.298	1.285.104	4.564.807
Certificado de Operações Estruturadas	199.500	1.865.050	1.344.399	4.329	3.413.279
Ao Custo Amortizado	1.910.718	608.861	-	-	2.519.578
Depósitos de clientes	865.624	608.861	-	-	1.474.484
Obrigações por empréstimos e repasses	1.045.094	-	-	-	1.045.094
	2017				
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Passivos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	4.111.971	961.522	30.068	237.732	5.341.293
Operações Compromissadas	2.011.756	896.862	-	-	2.908.618
Credores por empréstimos de ações	983.343	-	-	-	983.343
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.116.872	64.660	30.068	237.732	1.449.332
Ao Custo Amortizado	2.925.633	1.023.700	-	-	3.949.333
Depósitos de clientes	801.723	1.023.700	-	-	1.825.423

Obrigações por empréstimos e repasses	2.123.910	-	-	-	2.123.910
---------------------------------------	-----------	---	---	---	-----------

e. Risco operacional

O Departamento de Risco Operacional do Morgan Stanley estabeleceu sua estrutura de gerenciamento de risco operacional de acordo com as Políticas do Morgan Stanley e regulamentação local vigente. A Política Global de Gerenciamento de Riscos Operacionais e seus procedimentos definem conceitos, estabelecem as diretrizes, metodologias e ferramentas a serem aplicadas de acordo com sua natureza, tamanho e complexidade dos seus produtos, serviços, atividades e processos.

Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de perda ou danos reputacionais ao Conglomerado Morgan Stanley, resultante de falha ou inadequação de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal e exclui o risco estratégico.

Estrutura de Governança e de Gerenciamento de Risco Operacional

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley é responsável por aprovar as políticas de gerenciamento de risco operacional compreendendo de forma abrangente os riscos operacionais que possam impactar a Instituição. Além da Diretoria, a estrutura de gerenciamento de risco operacional local é composta por:

- Comitê de Riscos Brasil, responsável por propor à Diretoria as políticas relacionadas ao risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley
- Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional Brasil, composto pelas áreas de negócio e de suporte do Conglomerado Morgan Stanley;
- Departamento de Risco Operacional, se reportando ao Diretor de Riscos (CRO) do Conglomerado Morgan Stanley, e ao Departamento de Risco Operacional do Grupo Morgan Stanley em Nova Iorque;
- Unidades de Negócio e de Suporte, como responsáveis primários pelo gerenciamento de riscos operacionais, e
- Coordenadores de Risco Operacional, definidos como o ponto focal de cada área para reporte e atendimento das questões relacionadas a risco operacional.

Principais Atribuições do Departamento de Risco Operacional são:

- Supervisionar, analisar e monitorar o risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley;
- Produzir e apresentar análise de riscos e relatórios para informação da alta administração do Conglomerado Morgan Stanley e seus Comitês;
- Apresentar ao Comitê de Risco Brasil eventos ou potenciais impactos relacionados ao Risco Socioambiental identificados pelas áreas responsáveis pelo gerenciamento de Risco Socioambiental.
- Apresentar ao Comitê de Riscos Brasil, eventos de continuidade de negócios, os resultados dos testes de continuidade de negócios, bem como a revisão dos planos. Apresentar eventos de serviços terceirizados e eventos relevantes de Tecnologia, se existirem

- Validar e verificar a efetividade da estrutura de gerenciamento de risco operacional estabelecida na Política Global de Risco Operacional;
- Dar suporte as áreas nos procedimentos de Auto-Avaliação de Riscos e Controles, de Captura de Incidentes de Risco Operacional, de Captura dos Apontamentos e Planos de Ação. Monitorar e reportar sobre a qualidade, tempestividade e completa aderência nesses procedimentos;
- Desenvolver e manter ferramentas de suporte para a gestão de risco operacional;
- Fornecer treinamentos e conscientização de risco operacional e também sobre a política, e
- Fornecer mecanismos de reporte para possibilitar o monitoramento sobre as políticas e procedimentos relacionados.

Procedimentos e Atividades de Gerenciamento de Risco Operacional

O Departamento de Risco Operacional implementou procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais:

- Avaliação de Riscos: é o processo para determinar o nível de risco do Conglomerado e identificar riscos que requerem ações. Uma das ferramentas utilizadas para a avaliação de risco é a execução do processo de Auto-Avaliação de Riscos e Controles pelas áreas de negócio e de suporte.
- Incidentes de Risco Operacional: é o processo de captura e reporte dos incidentes internos de risco operacional ocorridos ou que impactaram as áreas. O Conglomerado mantém um repositório dessas informações para coleta dos dados, seja quantitativos ou qualitativos.
- Ações Corretivas: quando um risco operacional identificado está acima do nível aceito pelo Conglomerado, as áreas responsáveis identificam, se aplicável, uma ação corretiva para redução do nível de risco. O Conglomerado possui uma ferramenta para monitoramento de potenciais riscos operacionais e seus planos de ação.
- Mensuração e Reporte de Riscos: O Departamento de Risco Operacional independentemente, avalia, mede e monitora os riscos operacionais do Conglomerado e fornece relatórios de risco para a Diretoria do Conglomerado, Comitês e Grupos de Supervisão. Os relatórios podem apresentar o perfil de risco do Conglomerado, incidentes e perdas operacionais ocorridas no período, pontos de atenção significativos no período, status de planos de ação, situação dos indicadores, quando aplicável, e escala as questões relevantes.

Metodologia de Mensuração de Capital e Parcela de Risco Operacional

O Conglomerado no Brasil optou pela Abordagem do Indicador Básico (BIA), que corresponde ao modelo mais simplificado para o cálculo de alocação de capital referente a parcela de risco operacional.

f. Gestão do capital

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, à Tesouraria Corporativa que é responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações, atuando em conjunto com as áreas técnicas da Matriz e com o comitê local de gestão de ativos e passivos (ALCO). A área promove o uso ideal de

capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa se reporta ao Diretor Financeiro do Conglomerado Morgan Stanley e à Tesouraria Corporativa Global nos Estados Unidos da América, e é responsável por prover o comitê do ALCO de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <http://www.morganstanley.com.br/> (item - Informações Regulatórias).

g. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

A partir da data-base de março de 2003, o Banco Morgan Stanley passou a adotar a apuração de forma consolidada dos limites operacionais previstos no artigo 1º da Resolução 2.283, de 5 de junho de 1996, tomando-se como base os dados financeiros consolidados dos integrantes do Conglomerado Morgan Stanley, formado pela Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Morgan Stanley S.A. e por este liderado, mantendo patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e das alterações introduzidas pelas resoluções 4.192/13 e 4.193/13.

A partir de 31 de outubro de 2013 entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, onde adotou-se como base de dados financeiros consolidados o Conglomerado Prudencial, formado pela Corretora, pelo fundo de investimento no qual o Banco é cotista exclusivo e pelo próprio Banco Morgan Stanley S.A., permanecendo este como líder do Conglomerado.

O índice da Basileia em 31 de dezembro de 2018 é de 20,13% (2017 – 29,66%), conforme composição refletida no quadro abaixo.

h. Limite Operacional - Acordo da Basileia III

Fator de ponderação de risco	2018	2017
RWA - Risco de Crédito - Abordagem Padronizada - RWAcpad	8.008.500	4.304.293
RWA - Risco de Mercado - RWAm pad	4.956.594	3.374.654
RWA - Risco Operacional - Abordagem Padronizada - RWAopad	1.680.616	1.473.514
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	14.645.710	9.152.461

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	1.263.192	846.603
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	2.947.833	2.714.724
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	1.684.641	1.868.121
Índice da Basileia = PR*8,625%/(Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - RWA)	20.13%	29,66%
Razão de Alavancagem	12.10%	16,73%

i. Composição do Patrimônio de Referência Requerido - Basileia III

	2018	2017
Patrimônio de Referência Nível I para comparação com RWA	2.947.833	2.714.724
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I requerido	2.069.091	2.165.576
Patrimônio de Referência Nível I	2.947.833	2.714.724
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo requerido para o RWA	878.743	549.148
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.288.776	2.302.863
Capital Principal para comparação com RWA	2.947.833	2.714.724
Capital Principal - CP	2.947.833	2.714.724
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	659.057	411.861
Margem sobre o PR considerando a RBAN	1.107.570	1.639.304
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA e para RBAN	1.291.050	846.608
Valor correspondente ao RBAN	27.857	6
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	750.593	469.064
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Nível II	659.057	411.861
Adicional de Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	549.214	228.812
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	1.135.427	1.868.121
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	1.656.784	1.639.309
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	2.947.832	2.714.722
Limite para Imobilização	1.473.916	1.357.361
Valor da situação para o Limite de Imobilização	18.595	14.785
Valor da Margem	1.455.321	1.342.576